

Lição 9

Em que lugar se deve construir a cidade, e de que maneira.

1003. Quanto à cidade, que é preciso que seja comum à terra firme e ao mar, e à região semelhantemente, foi dito antes segundo as circunstâncias.

1004. Quanto a ela em relação a si mesma, se é preciso obter a posição segundo o desejo, deve-se atentar a quatro coisas: primeiro, como necessário à saúde. Pois as que estão voltadas para os ventos que sopram do oriente são mais salubres. Em segundo lugar, para o Bóreas. Pois estas são mais frescas. Quanto ao restante, para as ações políticas e para as guerreiras, que esteja bem situada. Para as coisas guerreiras, pois, é preciso que a saída seja fácil para eles próprios, mas de difícil acesso e de difícil captura para os adversários. E que exista, sobretudo, uma quantidade conveniente de águas e de rios; mas, se isto não se encontrar, mediante a preparação de reservatórios de águas das chuvas, copiosos e grandes, para que nunca falem, quando forem impedidos de acessar a região por causa da multidão dos inimigos.

1005. Visto que é preciso preocupar-se com a saúde dos habitantes, e isto consiste em colocar bem o lugar em tal situação e voltado para tal orientação, e, em segundo lugar, em usar águas salubres; e ter cuidado disto não acessoriamente. Pois aquilo que se usa mais para o corpo, e com maior frequência, isso contribui muitíssimo para a saúde. Ora, a natureza das águas e do ar tem tal natureza.

1006. Por isso, nas cidades bem sensatas, é preciso distinguir, caso nem todas as águas sejam semelhantes nem sejam abundantes de tais águas, separadamente aquelas águas que servem para o alimento e aquelas que servem para outra utilidade.

1007. Quanto aos lugares fortificados, o que é conveniente não se comporta do mesmo modo para todos os regimes: por exemplo, a cidadela é própria da oligarquia e da monarquia; da democracia, porém, a igualdade; e da aristocracia, nem uma nem outra, mas antes vários lugares fortes.

1008. A disposição das habitações particulares julga-se mais agradável e mais útil para as demais ações se for bem penetrável segundo o modo mais moderno e disposto para os cavalos. Mas, para as seguranças guerreiras, ao contrário, como se comportavam segundo o modo antigo. Pois aquela disposição tem saída difícil para os estranhos e é de difícil exploração para os invasores: por isso é preciso participar de ambos os modos. Pois isso é possível se alguém assim o preparar, como fazem entre os agricultores os que chamam de fileiras de vinhas.

1009. E não tornar a cidade inteira facilmente penetrável, mas segundo partes e lugares; pois assim estará bem quanto à segurança e quanto ao ornato.

1010. Quanto aos muros, porém, os que dizem que as cidades que se dedicam à virtude não devem tê-los pensam de modo muito antiquado, e isto vendo refutadas pelos fatos aquelas cidades

que se ufanam daquele modo.

1011. Ora, contra adversários semelhantes e não muito diferentes em número, não é bom tentar salvar-se pela fortificação dos muros.

1012. Mas visto que também acontece e é possível que se dê um excesso maior de atacantes do que a virtude humana e do que a dos poucos; se é preciso salvar-se, e não padecer o mal, nem sofrer injúrias, deve-se considerar que a fortificação mais firme dos muros é a mais guerreira; e tanto mais agora, tendo sido inventadas aquelas coisas que dizem respeito às flechas e às máquinas para a precisão do assalto.

1013. Pois é semelhante querer não pôr muros ao redor dos cidadãos e procurar uma região de fácil acesso e nivelar os lugares montanhosos. E semelhantemente também não pôr muros ao redor das habitações próprias, como se os futuros habitantes não fossem viris.

1014. Mas, na verdade, tampouco isto deve passar despercebido: que aos que põem muros ao redor da cidade é lícito usar as cidades de ambos os modos, também como se não os tivessem; mas àquelas que não os têm não é lícito.

1015. Mas isto se comporta assim: não que apenas se devam pôr muros ao redor, mas também se deve cuidar deles, de modo que estejam convenientemente também para o ornato da cidade, e para as oportunidades guerreiras, e para as outras e as agora recém-descobertas. Pois, assim como os invasores têm o cuidado de saber por que modos hão de superar os muros, assim algumas dessas coisas já foram descobertas, e outras é preciso que os defensores as procurem e filosofem. Pois, desde o princípio, nem sequer tentam invadir os que estão bem preparados.

1016. Visto que é preciso que a multidão dos cidadãos esteja distribuída em banquetes, e que os muros estejam distinguidos por postos de observação e por torres em lugares oportunos, alguém disporá estas coisas deste modo. Ora, convém que as habitações que se destinam às coisas divinas e os banquetes mais principais dos anciãos tenham um lugar idôneo.

1017. E o mesmo lugar para tudo o que a lei das coisas sagradas determinou à parte, ou algum outro oráculo responsivo de Apolo; e tal lugar será aquele que tenha suficiente aparência condizente com a posição da virtude e seja eminente em relação às partes vizinhas da cidade.

1018. Convém, porém, que sob este lugar haja a preparação de tal praça, qual a que na Tessália denominam e chamam de livre: isto é, que deve estar livre de todas as mercadorias, e que nem o artífice mecânico, nem o agricultor, nem qualquer outro tal dela se aproxime, se não for chamado pelos magistrados.

1019. E o lugar será bem agradável se também os ginásios dos anciãos tiverem esta ordem: pois convém que também este ornato esteja dividido segundo as idades; e que junto dos jovens permaneçam alguns magistrados, e as matronas junto dos magistrados. Pois a presença dos magistrados diante dos olhos produz ao máximo um verdadeiro pudor e aquele temor próprio dos homens livres.

1020. A praça das mercadorias, porém, deve ser outra distinta desta, e ter um lugar à parte, ou ponto de reunião, para as coisas que são enviadas do mar e para as que vêm de todas as regiões.

1021. Visto que a multidão da cidade se divide em sacerdotes e magistrados, convém que também os banquetes dos sacerdotes tenham sua ordem em torno dos edifícios sagrados, e que a magistratura de todos aqueles que cuidam dos contratos, dos registros das sentenças, das citações e de outra tal administração — e, além disso, o que diz respeito à agronomia e ao que se chama astinomia — seja estabelecida junto à praça e em algum ponto de reunião comum: e tal é o lugar que fica junto à praça necessária. Pois aquilo que acima colocamos deve estar num lugar de ócio, mas este destina-se às ações necessárias. E, segundo a ordem dita, devem também estar distribuídas as coisas que dizem respeito à região.

1022. Pois, com efeito, entre os que governam, aos quais uns chamam Hilores e outros Agrônomos, é necessário que existam postos de guarda e banquetes para a vigilância. E convém que os lugares sagrados estejam distribuídos pela região, uns dedicados aos deuses, outros aos heróis.

1023. Mas deter-se agora investigando diligentemente e discorrendo sobre tais coisas é inútil; pois não é difícil entender tais coisas, mas antes fazê-las. Pois dizê-las é obra do desejo, mas realizá-las, da fortuna. Por isso, quanto a tais coisas, que por ora se deixe de lado a maior parte.

Depois que o Filósofo declarou aquilo que se deve pressupor da parte da multidão civil para a reta república, quer agora declarar o que se deve pressupor da parte da situação da cidade, de seus edifícios e de sua região, mais em particular. E primeiro mostra o que se deve pressupor da parte da situação da cidade em particular. Segundo, quando diz, quanto aos lugares etc., aquilo que diz respeito às fortificações e aos edifícios. Quanto ao primeiro, recolhe algumas coisas ditas antes sobre a situação da cidade. Segundo, quando diz, ela mesma em relação a si etc., declara o que ulteriormente se deve pressupor acerca de sua situação em particular. Primeiro, pois, diz que antes foi determinado por nós que, se a melhor cidade deve ser situada segundo o desejo, é preciso que comunique com o mar e com a terra do melhor modo que couber, para que de ambos possa ser ajudada, tanto nas coisas necessárias à vida quanto contra os vizinhos que a atacam.

Em seguida, quando diz, ela mesma, declara o que se deve atender acerca da posição da cidade em ordem à saúde e às coisas bélicas. E primeiro faz isso. Segundo, quando diz, mas visto que é preciso etc., a respeito de quais dessas coisas mais se deve cuidar por causa da saúde. Quanto ao primeiro, toca em quatro coisas às quais é preciso atentar na boa posição dela: das quais as duas primeiras se ordenam por si à saúde, a terceira às oportunidades bélicas. A quarta, porém, tanto a isto quanto à necessidade da vida. Diz, pois, que, se é preciso situar a própria cidade segundo o desejo, é preciso atentar principalmente a quatro coisas. Primeiro, que tenha inclinação e esteja aberta, se puder ser, ao oriente e aos ventos que sopram do nascente, os quais são mais salubres do que os outros; como sendo isto oportuno para a boa disposição dos cidadãos, isto é, para a saúde. Os ventos orientais são mais salubres, porque grande parte de sua matéria permanece mais tempo sob a via do sol; e por isso são mais quentes, segundo o Filósofo no segundo livro dos Meteoros. Ora, por causa de seu calor, as nuvens se dissolvem e tornam o ar mais sutil e o purificam; o que contribui para a boa disposição e a saúde. De fato, o ar pantanoso, nublado e grosso é causador de doença; ao contrário, o vento ocidental é frio e permanece pouco tempo sob

a via do sol, nem sopra forte, na maioria das vezes; e por isso, por causa da frieza, congrega o úmido e engrossa o ar, e, por causa da pequenez do sopro, não pode repelir as nuvens; ora, essas coisas não convêm à boa disposição dos corpos; e por isso os lugares abertos ao ocidente não costumam ser bem salubres, na maioria das vezes. Segundo, convém que a cidade se incline ao norte e aos ventos boreais, pois assim será mais fresca e mais afastada da putrefação, porque aqueles ventos são mais frescos e mais salubres. A razão disto é que o vento setentrional é o mais frio e o de sopro mais forte, e, em razão da força do sopro, repele do ar as nuvens e os vapores grossos, purificando-o; em razão da frieza, porém, congrega o calor interior, fechando os poros por fora; e por causa do primeiro impede a putrefação, por causa do segundo fortalece a digestão, e essas coisas convêm bem à saúde. Ao contrário, o vento austral é quente e de sopro tortuoso, e, pela força do calor, eleva os vapores e abre os poros, e, pela força do sopro tortuoso, congrega as nuvens; e por isso engrossa o ar e dispõe à putrefação e debilita a digestão; as quais são princípios de doença; e por isso o vento austral não é bem salubre. Terceiro, é preciso situar a cidade de modo que se comporte bem para as ações civis e para as oportunidades bélicas, em razão das quais é preciso que ela seja disposta de tal modo que seja de boa e fácil saída para os cidadãos, mas de difícil e má entrada para os que a atacam; e, por conseguinte, difícil de tomar; o que se faz ou pela disposição natural, seja de montes, seja de rochedos, seja de águas, ou pela artificial, como de torres ou fortificações. Quarto, convém dispô-la de modo que tenha abundância de águas de fontes ou de rios convenientes à saúde e à fortificação, se possível for. Se, porém, isto não for possível, é preciso encontrar e preparar reservatórios de águas fluviais e escavadas, como cisternas e poços capazes de conter grande cópia delas, de modo que não venham a faltar por causa da multidão, ainda que os adversários lhes impeçam as águas exteriores.

Em seguida, quando diz, mas visto que, declara a respeito de quais das coisas ditas mais se deve cuidar para a saúde; o que primeiro faz. Segundo, quando diz, por isso etc., estabelece certo preceito. Primeiro diz que o fundador da cidade deve ser muito solícito acerca da saúde dos que habitam a cidade. Pois primeiro e principalmente deve ser solícito acerca da boa disposição da alma. Segundo, acerca da boa disposição do corpo em ordem à alma. Ora, a boa disposição do corpo, ou seja, a saúde, primeiro parece ser causada pela disposição da cidade quanto a tal ou tal situação, como quanto ao oriente ou ao norte, por causa da boa disposição do ar. Segundo, é causada pelo uso de águas bem dispostas, como doces e leves; e por isso deve cuidar dessas coisas e do ar principalmente, não acessoriamente. Pois aquelas coisas contribuem muito para a saúde e a boa disposição, das quais os homens se servem na maioria das vezes e mais frequentemente para sustentar a vida do corpo. Essas são as naturezas das águas e do ar. Pois da água nos servimos por si para a bebida e para o alimento, ao menos enquanto misturada. E do ar, para a respiração; logo, contribuem muito para a saúde. É preciso, pois, que o fundador da cidade seja muito solícito acerca da boa disposição das águas e do ar; e talvez mais acerca da disposição do ar. Pois o ar inspirado chega com menor alteração ao princípio da vida, isto é, ao coração.

Em seguida, quando diz, por isso, estabelece certo preceito acerca da natureza das águas na cidade; dizendo que, por causa disto, isto é, porque as águas contribuem muito para a saúde, se nem todas as águas na cidade forem semelhantes, nem abundantes, distingam-se, tomando-se à parte, dentre elas, aquelas que são convenientes ao alimento, e à parte as outras que servem a outras necessidades, nas cidades sabiamente ordenadas; de modo que, se as convenientes ao alimento não forem abundantes, não se usem delas para outras coisas, nem se usem as não convenientes para o alimento.

Em seguida, quando diz, quanto aos lugares, indaga acerca do que se deve pressupor da parte das fortificações e dos edifícios. E quanto a isto, primeiro faz o que foi dito. Segundo, quando diz, mas deter-se etc., escusa-se de uma consideração ulterior de tais coisas. Quanto ao primeiro, primeiro declara o que se deve pressupor acerca das fortificações e dos edifícios na própria cidade. Segundo, quando diz, pois nos que governam etc., o que diz respeito à região exterior. Quanto ao primeiro, primeiro indaga acerca das fortificações e dos edifícios comuns da cidade. Segundo, quando diz, mas tampouco etc., acerca daqueles que se ordenam às obras principais da cidade. Quanto ao primeiro, primeiro toca em que não do mesmo modo se comporta acerca das fortificações em todas as repúblicas. Segundo, quando diz, mas acerca das particulares etc., indaga acerca delas e dos edifícios na melhor cidade. Na primeira parte diz que aquilo que é conveniente e melhor acerca dos lugares fortificados não se comporta do mesmo modo em todas as repúblicas; mas no regime de poucos e na monarquia convém haver uma cidadela, isto é, que a parte superior da cidade seja a mais forte, na qual os que dominam no regime de poucos e os monarcas que ali residem possam defender-se, se necessário, do ímpeto da multidão que se levanta, caso aconteça. No regime popular, porém, convém a igualdade dos edifícios, para que ninguém, pela força de uma fortificação, subjugando os outros, exerça tirania ou domine sozinho. No regime dos ótimos, porém, no qual governam vários virtuosos que visam ao bem comum, não convém nenhum desses, mas antes a multidão de lugares fortes pelos quais a cidade possa ser defendida em comum.

Em seguida, quando diz, mas a disposição, declara qual deve ser a disposição das habitações próprias e das fortificações. E primeiro indaga acerca da disposição das habitações familiares próprias. Segundo, ali, e a cidade toda etc., acerca das comuns, como dos muros e fortificações. Quanto ao primeiro, deve-se entender que os antigos faziam as habitações familiares mais fortes por causa dos adversários, e mais rudes, porque não eram tão experientes; os posteriores, porém, faziam-nas mais agradáveis e mais úteis para certas coisas e mais refinadas, por causa da maior experiência. Diz, pois, que a disposição das habitações familiares e do hipódromo, isto é, do domicílio dos cavalos, ou seja, para criar os cavalos, se for bem penetrável, isto é, aberta e bem arejada, segundo o modo de construir dos posteriores, é mais agradável de habitar e mais útil para algumas ações, como para a criação dos animais; mas a disposição delas segundo o modo antigo é mais útil por causa da segurança contra os que se levantam, em razão da fortaleza, e menos agradável por causa de sua rudeza: pois era de difícil entrada para os atacantes e difícil de penetrar por eles. E por isso, se as habitações familiares devem ser dispostas segundo o desejo, é preciso que tenham essas duas coisas; a saber, que sejam fortes contra os que guerreiam e de difícil acesso para eles, segundo a disposição dos antigos, e agradáveis e úteis para as ações familiares, segundo a disposição dos posteriores. Pois, se alguém assim as preparar, acontecerá que sua habitação será semelhante à habitação dos agricultores, aos quais alguns chamam guardas das vinhas, que nas vinhas e nos campos permanecem solitários: cujas habitações são assim dispostas, como se disse antes, de modo que se comportem bem para as ações familiares e contra os que querem prejudicar.

Em seguida, quando diz, e a cidade toda, indaga acerca da disposição das fortificações de toda a cidade. E primeiro em geral. Segundo, quando diz, mas acerca dos muros etc., especialmente acerca dos muros. Na primeira parte diz que, semelhantemente, como se disse acerca das habitações familiares, que convém sejam dispostas do modo referido, assim se deve dizer, com razão, que convém que toda a cidade seja disposta quanto às fortificações, de modo que não seja

facilmente penetrável pelos adversários, a saber, com torres e fossos e outras coisas do gênero, dispostas segundo as partes e os lugares aos quais mais convêm. Pois, se assim se comportarem, comportar-se-á melhor quanto à segurança, por causa das próprias fortificações, e quanto ao ornato; e, por conseguinte, quanto ao deleite, por causa da devida ordem e situação.

Em seguida, quando diz, mas acerca dos muros, indaga acerca dos muros. Houve, porém, a opinião de alguns de que os muros não são necessários à melhor cidade que tem os melhores homens: tanto porque, pela confiança nos muros, talvez se tornassem negligentes nas ações bélicas: quanto porque, onde há maior e melhor fortaleza, não convém muito a bem menor: ora, a fortaleza dos melhores homens é maior e melhor para a defesa da cidade do que a dos muros; logo, parece que a fortaleza dos muros não convém à mesma cidade. Primeiro, pois, propõe que essa opinião não deve ser absolutamente sustentada, aduzindo uma razão para isso. Segundo, quando diz, mas contra os semelhantes etc., declara a quem não convém muito, e a quem são necessários. Terceiro, quando diz, se, pois, deste modo etc., conclui do que foi dito que se deve cuidar muito deles, e por quais causas. Quanto ao primeiro, diz que os que dizem, acerca dos muros, que não é preciso circundá-los à cidade bem ordenada para a virtude e que tem homens virtuosos, têm uma estima muito antiga, e absolutamente contrária à razão; sobretudo quando veem que aquelas cidades que deste modo se adornam sem muros, confiando somente na multidão, pela própria experiência foram refutadas e conduzidas ao inconveniente: pois muitas foram as cidades que tinham homens fortes e bons, as quais, por falta de fortificação e de muros, sucumbiram e foram tomadas.

Em seguida, quando diz, mas é, declara em relação a quem não convém muito, e em relação a quem são necessários. E primeiro faz o primeiro. Segundo, quando diz, mas visto que também acontece etc., o segundo. Na primeira parte diz que, para a cidade que tem homens bons, não convém muito salvar-se pela fortificação dos muros contra os semelhantes segundo a virtude, e não muito diferentes segundo o número: pois, no lugar próprio, no qual os cidadãos virtuosos se mostram mais poderosos, mostra-se que podem defender-se dos que lhes são semelhantes em virtude, ou que os excedem pouco; e por isso não lhes são necessários muros para isto; porque não se deve fazer por vários aquilo que bem se pode fazer por um só: e, além disso, é vergonhoso que alguém que pode vencer pela própria virtude se esforce por vencer com a própria e a alheia.

Em seguida, quando diz, mas visto que, mostra que, em relação a uma multidão e virtude superexcedentes, são necessários. E para isto aduz três razões: das quais a segunda estabelece quando diz, pois é semelhante querer muros etc. A terceira, quando diz, mas tampouco etc. Na primeira parte diz: visto que pode acontecer que a virtude dos que se levantam contra a cidade seja muito maior do que a virtude dos que habitam a cidade, e de poucos, e aqueles que são de muito maior virtude, na maioria das vezes, vençam os de menor virtude, a fortificação dos muros, muito bélica, isto é, apta a guerrear, é necessária à cidade que é de menor virtude, para que possa de vários modos resistir aos atacantes, e por muitas outras coisas, tanto para evitar quanto para repelir os golpes das flechas e das diversas máquinas, que foram inventadas para a segurança do assalto. Diz, porém, que a fortificação dos muros é necessária, não absolutamente, mas por suposição do fim, isto é, se a cidade deve salvar-se, e não sofrer dano ou suportar injúria, ou tornar-se serva.

Em seguida, quando diz, pois é semelhante, estabelece a segunda razão; dizendo que dizer que os muros não devem ser postos ao redor das cidades e remover em torno, isto é, tirar do contorno os lugares montanhosos, isto é, os lugares fortes que impedem os adversários, e tornar a região facilmente penetrável por eles, parece dizer o mesmo: semelhantemente, dizer que não se ponham muros ao redor das habitações próprias, como se se temesse que os futuros habitantes não fossem viris, é semelhante a torná-la penetrável a ladrões e salteadores: ora, é inconveniente tornar a cidade ou a própria habitação facilmente penetrável aos adversários; logo, é inconveniente não pôr muros a uma e a outra.

Em seguida, quando diz, mas tampouco, estabelece a terceira razão; dizendo que, além disso, é preciso entender que, se os muros forem postos ao redor da cidade que tem homens virtuosos, podem repelir o assalto dos adversários tanto pelos muros quanto pelas próprias virtudes, e usar contra eles tanto como quem tem muro quanto como quem não o tem: os que, porém, não têm muros só podem fazê-lo por um dos dois: ora, é melhor resistir ao adversário de vários modos alternadamente do que de um só.

Em seguida, quando diz, mas seguramente, conclui que se deve cuidar dos muros, e por quais causas; dizendo que, se as coisas que foram ditas se comportam como se disse, é manifesto que não somente se devem pôr os muros ao redor da cidade, mas também que se deve cuidar muito deles, para que estejam bem dispostos para o ornato e a beleza da cidade, e também para repelir as oportunidades bélicas dos adversários, tanto as que agora foram inventadas quanto as que vierem a ser inventadas, e para atacá-los. Pois, assim como os invasores cuidam diligentemente dos modos pelos quais podem superar os invadidos, usando os instrumentos inventados e tentando inventar outros, assim deve haver cuidado, por parte dos invadidos, do modo como possam guardar-se, usando os que foram inventados e buscando os não inventados pela via natural. Pois, se os invasores soubessem que os que devem ser invadidos estão bem fortificados e são capazes de resistir, não muito se esforçariam por invadi-los desde o princípio. Pois ninguém se esforça por aquilo que crê ser impossível, ou absolutamente, ou para si.

Em seguida, quando diz, mas visto que, determina acerca da disposição das habitações que se ordenam aos atos principais. E primeiro a disposição daquelas que se ordenam a certos atos comuns a todos. Segundo, quando diz, mas visto que da cidade etc., das que se ordenam aos atos especiais de alguns. Quanto ao primeiro, primeiro manifesta a disposição das que se ordenam ao culto divino e aos banquetes. Segundo, quando diz, mas das coisas venais etc., das que se ordenam à troca. Quanto ao primeiro, primeiro expõe sua intenção. Segundo, quando diz, e o mesmo etc., prossegue. Na primeira parte diz: visto que na cidade perfeita são necessários muros, como se disse antes, e é necessário que sejam distintos por atalaias e por torres postas em lugares oportunos para a defesa e o ornato, além disso convém que a comunidade civil faça banquetes comuns, e convém que ela seja distinta neles, conforme alguns nela se encontram mais excelentes e outros menos excelentes: as habitações dispostas para tais banquetes alguém as disporá com razão, conforme se dirá.

Em seguida, quando diz, e o mesmo, prossegue. E quanto a isto, primeiro declara quais devem ser em si tais habitações. Segundo, quando diz, mas será etc., em comparação com os cidadãos. Quanto ao primeiro, primeiro declara quais é preciso que sejam por dentro. Segundo, quando diz, mas convém etc., quais por fora. Quanto ao primeiro, deve-se considerar que todas as coisas que

aqui estão, tanto nós quanto nossas operações, são causadas pela bondade e munificência divina; e por isso estamos obrigados à reverência e à honra, já que de outro modo não podemos retribuir; ora, a reverência e a honra se prestam pelo culto, que é preciso realizar em algum lugar determinado para isso; e por isso, na cidade unida a partir de semelhantes, é preciso haver algum lugar único conveniente, ordenado para isso. E porque antigamente os gentios faziam banquetes comuns em tempos ordenados ao culto divino, e por reverência às coisas divinas, por isso as habitações para os banquetes eram as mesmas que as que se ordenavam ao culto divino. Diz, pois, o Filósofo que convém que aquelas habitações que se ordenam ao culto das coisas divinas e aos banquetes mais principais, ordenados pelos antigos nos tempos do referido culto, tenham um lugar conveniente e excelente, de modo que sua disposição mostre a preeminência daquele a quem se presta o culto e a reverência dos que o cultuam para com ele; e um só e o mesmo lugar principal em toda a cidade; para que, se houvesse vários, não fosse ocasião de divisão da cidade: a não ser que, em algumas partes da cidade, a lei que ordena acerca do culto divino tenha determinado que haja alguma habitação tal à parte, ou algumas, dependentes contudo da primeira e principal, nas quais se preste culto a algum oráculo, seja de Apolo, seja de qualquer outro que responda, segundo a opinião dos gentios, que julgavam que os astros eram certos deuses. Ora, esse lugar será conveniente se estiver bem disposto quanto a duas coisas. Primeiro, que tenha uma posição que se comporte bem para a aparência da virtude. Segundo, que seja mais eminente em relação às partes da cidade. Pois pela própria eminência da situação se mostra a preeminência daquele que é cultuado, e pela aparência da virtude, a disposição dos que o cultuam.

Em seguida, quando diz, mas convém, declara quais convém que sejam essas habitações por fora; dizendo que é conveniente que, sob o lugar de tais habitações, tanto para melhor arejamento quanto para o passeio, haja uma praça preparada entre elas e as demais habitações, a qual alguns dizem dever ser livre, ou de imundícies e coisas torpes, ou porque os que ali estão e se refugiam tenham alguma liberdade, ou por ambas as razões; ora, é preciso que tal lugar seja separado de todas as coisas venais, porque esse lugar é lugar de lazer; e por isso é preciso que esteja apartado do tumulto. As coisas venais, porém, não se tratam sem tumulto. E, além disso, esse lugar é ordenado aos exercícios das virtudes. Ora, o negócio que diz respeito às coisas venais está distante disto. E, além disso, é conveniente que os mercenários e os agricultores, e outros tais homens vis, cujas operações por si não se ordenam às virtudes, não se aproximem desse lugar, a não ser que sejam chamados por algum dos governantes por causa de alguma necessidade, se esse lugar está totalmente ordenado aos exercícios das virtudes.

Em seguida, quando diz, mas será, declara quais é preciso que sejam em comparação com os cidadãos; dizendo que o referido lugar será bem gracioso e conveniente ao culto divino, se for distinto segundo diversos graus, de modo que uma parte se ordene aos ginásios para exercitar os anciãos, e outra aos atos das coisas divinas segundo a ordem; e haja preeminência daquela sobre esta, na disposição e no ornato, segundo a preeminência dos anciãos sobre os jovens. Pois é razoável que o lugar da habitação e seu ornato sejam distintos segundo a distinção das idades, de modo que a própria distinção do lugar mostre a distinção dos que ali residem; e convém também que, no tempo do referido culto, entre os mais jovens haja alguns que governem, e que as matronas residam junto aos governantes; pois assim os jovens agirão menos contra a razão, pelo fervor da juventude, e as mulheres, pela sua mutabilidade. Pois na presença dos anciãos se causa o verdadeiro pudor, que é o temor do que é torpe, e o temor liberal, que é a perturbação pela imaginação de um mal futuro, os quais costumam mais retraindo as mulheres e os jovens da

operação torpe. Há diferença entre o temor livre e o servil: porque o livre é aquele pelo qual alguém teme perder um bem honesto e segundo a razão; o servil, porém, é aquele pelo qual alguém teme perder um bem segundo o corpo, ou sofrer um mal segundo ele. Pois o corpo é, de certo modo, servo em relação à alma.

Em seguida, quando diz, mas das coisas venais, declara a disposição das habitações que se ordenam à troca, dizendo que a praça das coisas venais deve ser outra e afastada do lugar referido; porque o lugar das coisas venais é lugar tumultuoso, e o lugar referido, ordenado ao lazer, exige quietude: e convém que tenha à parte um lugar de reunião dos bens que vêm do mar, e à parte dos outros que vêm da própria região; e, ulteriormente, em particular, segundo a diversidade dos gêneros das coisas venais; de modo que uma parte se ordene aos panos, outra aos calçados, outra a outras coisas; pois assim mais facilmente se realizarão as trocas, se cada um souber o lugar determinado para cada uma das coisas que se trocam.

Em seguida, quando diz, mas visto que, declara a disposição das habitações dos que são mais principais na cidade; dizendo: visto que a multidão das partes da cidade se distingue em sacerdotes, que se ordenam ao culto divino, e governantes, que cuidam da ordem civil, é oportuno situar a habitação dos sacerdotes e o lugar de seus banquetes junto aos templos sagrados ordenados ao culto divino, para que o lugar de sua habitação não esteja afastado do lugar do culto ao qual se ordena; e porque convém que tenham um lugar quieto por causa da contemplação, na qual, mais do que os outros, devem viver. Os governantes, porém, que se ordenam à direção dos contratos e a julgar as disputas sobre eles, e às escrituras das sentenças e das convocações dos cidadãos, e a outras dispensações tais do gênero, e os que se ordenam a regular os campos ou os camponeses, e os que a regular o corpo da cidade, etc., convém que tenham habitações em torno da praça comum, e no lugar onde comumente concorrem muitos, qual é o lugar que fica em torno da praça das coisas venais; porque esse lugar se ordena às trocas necessárias de que muitos precisam. Ora, o lugar ordenado ao culto, que está na parte superior, requer lazer.

Em seguida, quando diz, pois também na, declara a disposição das habitações no exterior, na região; dizendo que, semelhantemente, no exterior, na região, é preciso que os templos e as habitações estejam dispostos e distribuídos segundo uma ordenação proporcional àquela que há na cidade. Pois há nela governantes e magistrados, que é preciso terem habitações convenientes a seu governo, e ao ornato, e à fortaleza. Além disso, é preciso que haja na região templos comuns em diversas partes da região, conforme é oportuno para guardar as rendas e os bens comuns recolhidos no exterior. E, além disso, convém que no exterior, na região, haja templos sagrados, ou seja, santuários particulares, em diversas partes, distribuídos conforme é oportuno. Alguns, na verdade, para o culto dos deuses, outros para o culto dos heróis: o que diz segundo o costume dos gentios, que prestavam culto divino às almas dos homens que foram excelentes em virtude heroica.

Em seguida, quando diz, mas deter-se, escusa-se de uma consideração mais diligente destas coisas; dizendo que, acerca delas, tanto foi dito e restam mais coisas a dizer. Mas deter-se por mais tempo em indagar e determinar diligentemente acerca delas não é útil, por causa da facilidade. Pois não é muito difícil considerar por que é preciso ordenar aquelas coisas segundo a razão; mas realizá-las é mais difícil, por causa da raridade daquilo que é necessário para isso. Pois determinar tais coisas e considerá-las segundo o intelecto é fazer obra de desejo, ou seja, de vontade. Que elas, porém, se realizem ou existam, depende mais da fortuna do que da boa

disposição dos cidadãos: e a abundância dos bens exteriores que são necessários às coisas referidas depende, de algum modo, dela. E por isso aquelas coisas que ulteriormente se poderiam considerar acerca delas são deixadas de lado por ora.

Revision #1

Created 11 October 2026 19:17:01 by Admin

Updated 11 October 2026 19:17:01 by Admin